

Os números da renegociação

No documento aos credores, fica claro que faltam US\$ 3,7 bilhões para fechar as contas deste ano.

O comunicado distribuído à imprensa pelo presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, e pelo chairman do comitê de assessoramento dos bancos, William Rhodes, teve o mérito de evitar referir-se aos resultados da reunião de anteontem no FMI como a consagração de um acordo final entre o Brasil e seus credores privados.

O comunicado afirma que o comitê coordenador dos bancos, mais amplo do que o comitê de assessoramento, "reviu os termos" apresentados por Rhodes "para a fase 2 do pacote financeiro brasileiro". Aí descreve brevemente o pacote e os "termos básicos" para os novos prazos e taxas de risco.

O comunicado menciona também a comissão proposta para o reescalonamento das amortizações do ano que vem, que foi reduzida de 1,5 para 1%. Mas deixa de mencionar a "comissão de compromisso" de 0,5% sobre o montante não desembolsado do jumbo de 6,5 bilhões de dólares, pagável trimestralmente por atrasos no saque a partir da data do acordo, e a "comissão do empréstimo" (facility fee), de 1% sobre o valor de cada saque.

O agente para o jumbo de 6,5 bilhões será o Banco Morgan Guaranty, que foi o banco coordenador do jumbo de 4,4 bilhões de dólares contratado no final de fevereiro deste ano (projeto 1).

O agente para o reescalonamento das amortizações que vencem no próximo ano será o Citibank, o mesmo que respondeu pelo projeto 2 de 1983. Quanto somam exatamente essas amortizações de 1984? É difícil saber. O comunicado distribuído à imprensa na sede do FMI falava em mais de cinco bilhões de dólares. A síntese do plano financeiro distribuída aos banqueiros durante a reunião falava em — aproximadamente — cinco bilhões de dólares. O ministro Ernane Galvães há cerca de uma semana falou em 5,5 bilhões de dólares. E um documento do Banco Central (Brazil, Economic Program — Internal and External Adjustment) distribuído aos banqueiros na última reunião diz que essas amortizações de 1984 (devidas a bancos privados estrangeiros) somam 4,8 bilhões de dólares, mas, numa tabela da página 57, indica que 4,49 bilhões de dólares seriam reescalonados por esses bancos.

Entre o número do ministro Galvães e este último há uma diferença de um bilhão de dólares.

O comunicado à imprensa também não tocou nas linhas de crédito comercial e na linha interbancária de 1984. Mas o plano financeiro entregue aos bancos (coordenadores) estabelece critérios para a facility (linha comercial). O valor total é fixado em dez bilhões de dólares, com base no volume de recursos existentes na linha em 30 de junho de 1983. Cada banco, evidentemente, responde pela sua parte.

A disponibilidade dos créditos é de 360 dias, com prazo final de 540 dias ou mais, dependendo do credor. Se por acaso não houver transação disponível e aceitável para utilizar o compromisso do banco, os fundos do banco "serão depositados no Banco Central por 30 dias à taxa de 0,625% sobre o libor ou sobre a taxa básica de juros dos Estados Unidos (prime rate)".

As taxas de juros pelos créditos comerciais serão fixadas mediante acordo entre credor e tomador. A comissão é de 0,125% ao ano.

Para as linhas interbancárias (depósitos dos bancos estrangeiros em agências de bancos brasileiros no Exterior ou na conta do Banco Central) o valor proposto é o que prevaleceu na data base de 30 de junho de 1983, isto é, 6 bilhões de dólares, aproximadamente. A disponibilidade da linha é de 360 dias ou mais, segundo o critério do banco credor.

No caso de depósitos no Banco Central do Brasil, a taxa de risco (spread) proposta é de 0,625% sobre o libor ou sobre o prime rate, na dependência de acordo entre o Banco Central e o emprestador. Para depósitos em agências de bancos brasileiros no Exterior, a taxa de risco dependerá de acordo entre as duas partes.

A comissão será de 1,8% (0,125%), pagável no ato de assinatura da carta de compromisso.

Como aconteceu da outra vez, o agente designado para coordenar a linha de crédito comercial é a Chase Manhattan. Para a linha interbancária o agente será o mesmo Bankers Trust.

Dívida externa

O documento maior distribuído aos banqueiros pelo Banco Central do Brasil observa que, em 1983 e 1984, haverá aguda redução na taxa de crescimento da dívida externa brasileira. A dívida externa total do Brasil expandiu-se a taxa de 15,8% em 1982. Essa taxa de expansão cairá para 10,4% em 1983 e 9,7% em 1984.

Diz ainda que, com os financiamentos adicionais, a dívida externa do Brasil chegará a 91,9 bilhões de dólares no final deste ano, em obediência ao teto de 9 bilhões de dólares de aumento das obrigações externas do país, estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional. No final de 1984, a dívida externa do Brasil atingirá 100,8 bilhões de dólares (cem bilhões e oitocentos milhões de dólares).

Descontando-se o que deverá ser reescalonado pelo Clube de Paris (714 milhões de dólares em 1983 e 1,286 bilhão em 1984), o buraco final do balanço de pagamentos que tem de ser preenchido este ano e no próximo será de, respectivamente, 3,769 bilhões de dólares e 5,216 bilhões de dólares, segundo o documento.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.